

# Relatório de Gestão Consolidado

Ano Económico de 2020



## **ÍNDICE**

## Índice Geral

	Pág.
<b>RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO ANO ECONÓMICO DE 2020</b>	
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>2. ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS</b>	<b>9</b>
3.1 Balanço Consolidado	10
3.2 Demonstração de Resultados Consolidada	13
3.3 Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada	15
3.4 Demonstração das Alterações no Património Líquido Consolidado	19
3.5 Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	21
Nota 1 - Identificação das entidades, período de relato, referencial contabilístico e adoção pela primeira vez do SNC-AP	22
Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	30
Nota 3 - Ativos Intangíveis	36
Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente	37
Nota 5 - Ativos Fixos Tangíveis	37
Nota 6 - Locações	40
Nota 7 - Custos de empréstimos obtidos e financiamentos obtidos	40
Nota 8 - Propriedades de Investimento	41
Nota 9 - Imparidade de ativos	41
Nota 10 - Inventários	42
Nota 11 - Agricultura	43
Nota 12 - Contratos de construção	43
Nota 13 - Rendimentos de transações com contraprestação	44
Nota 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação	44
Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	45
Nota 16 - Efeitos de alterações em taxas de câmbio	46
Nota 17 - Acontecimentos após data de Balanço	46
Nota 18 - Instrumentos financeiros	46
Nota 19 - Benefícios dos empregados	46
Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas	47
Nota 21 - Relato por segmentos	47
Nota 22 - Outras informações consideradas relevantes	47
22.1 Contabilização do contrato de arrendamento da EL-S.A.	47
22.2 Contabilização do contrato de arrendamento da NEOFUTUR-S.A	50
<b>ENCERRAMENTO</b>	

## RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO ANO ECONÓMICO DE 2020

### 1. INTRODUÇÃO

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro aprovou o novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), revogando a anterior Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro).

O n.º1 do artigo 75º daquela lei prevê que os municípios que detenham entidades participadas, dentro do perímetro de consolidação terão que apresentar contas consolidadas. Nos termos do n.º 6 do mesmo artigo integram o perímetro de consolidação as empresas locais que pertencem ao sector empresarial local do município, independentemente do grau de participação.

A elaboração das demonstrações financeiras que compõem a consolidação de contas seguem as instruções constantes da Orientação n.º 1/2010 – “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, aprovada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, a qual estabeleceu um conjunto de princípios orientadores e requisitos mínimos que devem estar subjacentes à consolidação de contas das entidades integradas no sector público administrativo.

Nestes termos, a Câmara Municipal apresenta as contas consolidadas com o grupo autárquico, de acordo o artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – RFALEI e com as medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, em matéria de apreciação de contas, conforme o artigo 7º C da Lei n.º12/2020, de 7 de maio que altera as Leis n.ºs 4-B/2020, de 6 de abril e 6/2020, de 10 de abril, conjugados com a alínea i) do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que “estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico”, e o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado de 2019, passam a vigorar Normas de Contabilidade Pública (NCP), estabelecendo-se o normativo de consolidação de contas financeiro NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Os documentos referem-se ao ano económico de 2020 e apresentam as contas consolidadas com o grupo autárquico de forma a complementar a informação prestada nas contas individuais.

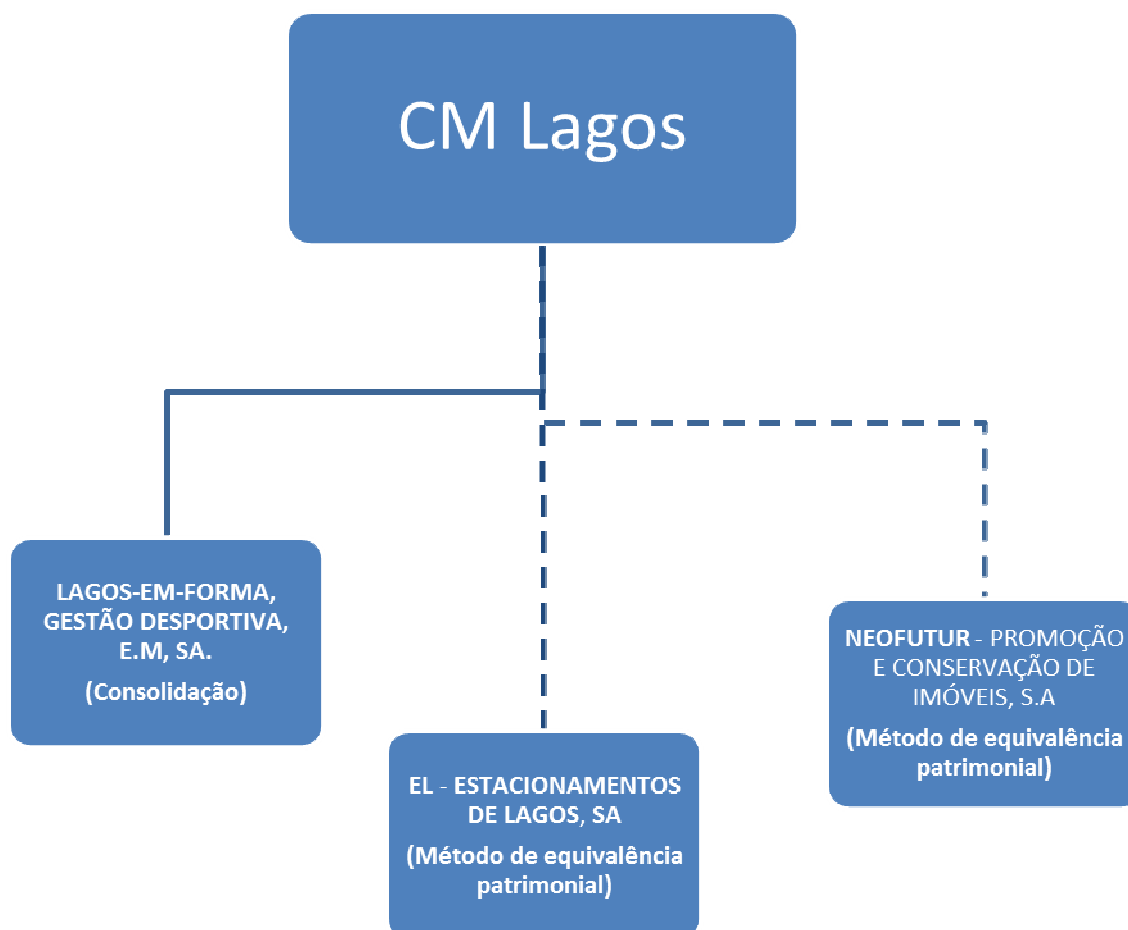
Nestes termos o perímetro de consolidação do Município de Lagos apenas engloba a empresa local a LAGOS em FORMA - Gestão Desportiva, E.M, S.A., detida diretamente a 100%.

---

As contas consolidadas foram auditadas e certificadas por um revisor oficial de contas.

Lagos, 23 de junho de 2021

## 2. Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação



No quadro seguinte apresentam-se as entidades nas quais a Câmara Municipal detém uma participação financeira, evidenciando-se a percentagem de participação e aquelas onde existe uma relação de domínio.

<b>Designação</b>	<b>Tipo de entidade</b>	<b>Percentagem de participação na entidade ou direitos na distribuição de lucros/direitos patrimoniais</b>	<b>Relação de domínio</b>	<b>Integração nas demonstrações financeiras consolidadas</b>
LAGOS-EM-FORMA, GESTÃO DESPORTIVA, E.M, SA.	Empresa Municipal	100%	Existe	Consolida
EL - ESTACIONAMENTOS DE LAGOS, SA	Empresa	49%	Não	MEP
NEOFUTUR - PROMOÇÃO E CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS, S.A	Empresa	49%	Não	MEP
TERRAS DO INFANTE – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS	Associação de Municípios	N/A – não existe influência significativa nos termos da NCP 23	Não	Custo
CENTRO CIÊNCIA VIVA DE LAGOS	Outros	N/A – não existe influência significativa nos termos da NCP 23	Não	Custo
ÁGUAS DO ALGARVE, SA	Empresa	N/A – não existe influência significativa nos termos da NCP 23	Não	Custo
ALGAR,SA	Empresa	N/A – não existe influência significativa nos termos da NCP 23	Não	Custo

## **LAGOS-EM-FORMA, Gestão Desportiva, E.M, S.A**

A LAGOS em FORMA – Gestão Desportiva, EM, SA foi criada em 4 de Setembro de 2006 e é detida a 100% pelo Município de Lagos.

O atual objeto social da empresa, formalmente aprovado pela Deliberação n.º63/AM/2015 da Assembleia Municipal de Lagos tomada na sessão ordinária de junho de 2015, reunião de 06/07/2015, passou a ser o seguinte:

1. Gestão de serviços de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, tal como definido no Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local, acompanhando e executando as políticas de desenvolvimento territorial do Município de Lagos, com vista ao crescimento e reforço da coesão da economia local e regional, compreendendo as seguintes atividades:
  - a) Promoção, gestão, exploração e conservação de equipamentos coletivos e de lazer pertencentes ou sob a sua administração, seja a que título for, ao Município de Lagos;
  - b) Organização de atividades, ações de formação e eventos nas áreas do lazer e do desporto;
  - c) Gestão do serviço de estacionamento público no Município de Lagos, designadamente a promoção, exploração, fiscalização e manutenção de locais de estacionamento.
2. As atividades descritas no número anterior podem compreender a promoção, ampliação, renovação e manutenção das instalações e equipamentos, desde que tal seja expressamente autorizado ou cometido pela tutela.
3. Acessoriamente a Empresa Local poderá exercer outras atividades relacionadas com o seu objeto social.

Cabe ainda à LAGOS em FORMA – Gestão Desportiva, EM, SA a organização de atividades, ações de formação e eventos nas áreas do lazer e do desporto, a gestão do serviço de estacionamento público no Município de Lagos, designadamente a promoção, exploração, fiscalização e manutenção de locais de estabelecimento público.

Para além das atribuições resultantes do seu objeto social a LAGOS em FORMA – Gestão Desportiva, EM, SA, tem como missão:

- A Gestão e exploração dos equipamentos desportivos municipais, bem como aqueles que ao município estão ou venham a estar confiados, ao abrigo de contratos-programa estabelecidos ou a estabelecer, tal como assumir as ações necessárias à manutenção, reabilitação e requalificação desses espaços;
- Fomentar a atividade física através de um serviço público acessível, diversificado e qualificado;

- Desenvolver e criar os meios e condições necessários aos clubes desportivos, associações e instituições da sociedade civil, na prossecução dos seus objetivos específicos;
- Promover as instalações desportivas municipais e demais serviços da LAGOS-EM-FORMA no mercado global;
- Garantir uma gestão rigorosa e eficiente dos seus recursos.

Conforme estratégia definida pela tutela, que decorreu da deliberação da Câmara Municipal na reunião realizada no dia 17 de junho de 2015 e da Assembleia Municipal de Lagos, na sessão ordinária de junho, esta empresa local, no início de outubro de 2015, passou a integrar as atividades de gestão dos estacionamento tarifados e parques de estacionamento cobertos da cidade de Lagos, atividade que vinha sendo desenvolvida pela FUTURLAGOS, Empresa Local para o Desenvolvimento, E.M, S.A..

A partir da mesma data, o pessoal afeto a esta atividade na empresa local FUTURLAGOS transitou para esta empresa local, iniciando também a sua colaboração mais dois funcionários para apoio nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada (ZEDL).

Em 2016 foi aprovado, na sessão ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal de Lagos (Deliberação n.º 17/AM/2016), o contrato – programa entre o Município de Lagos e a Lagos – em – Forma – Gestão Desportiva, E.M., S. A., para a gestão do estacionamento tarifado e dos parques de estacionamento cobertos de Lagos.

### **3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

### **3.1 BALANÇO CONSOLIDADO**

**Balanço Consolidado 31 de dezembro de 2020**

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		31-12-2020	31-12-2019
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	224 619 657,86	218 082 019,13
Propriedades de investimento	8	5 846 512,44	7 841 443,01
Ativos intangíveis	3	243 488,15	1 016 912,43
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras		4 361 855,00	2 637 252,50
Devedores por empréstimos bonif. e subsídios reembolsáveis		164,92	164,92
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		7 424,48	5 752,42
Ativos por impostos diferidos		84 380,45	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00
		<b>235 163 483,30</b>	<b>229 583 544,41</b>
<b>Ativo corrente</b>			0,00
Inventários	10	261 098,30	294 476,62
Ativos biológicos		0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		6 398 621,20	5 270 672,93
Devedores por empréstimos bonif. e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		1 145 374,56	1 102 110,24
Estado e outros entes públicos		641 831,43	445 434,88
Acionistas/sócios/associados		2 868,45	1 191,12
Outras contas a receber		16 986 802,44	16 049 297,39
Diferimentos		102 967,90	130 430,29
Ativos financeiros detidos para negociação		6 131,86	11 883,93
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos	1	35 366 091,92	36 313 878,29
		<b>60 911 788,06</b>	<b>59 619 375,69</b>
	<b>Total Ativo</b>	<b>296 075 271,36</b>	<b>289 202 920,10</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património/Capital		138 441 811,85	138 241 811,85
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prêmios de emissão		0,00	0,00
Reservas		10 865 162,86	10 636 793,11
Resultados transitados		70 088 650,23	81 568 650,82
Ajustamentos em ativos financeiros		1 843 758,70	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no Património Líquido		25 593 156,10	23 165 973,98
Resultado líquido do período		4 765 713,51	4 765 003,36
Dividendos antecipados		0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00
	<b>Total Património Líquido</b>	<b>251 598 253,25</b>	<b>258 378 233,12</b>
<b>Passivo não corrente</b>			0,00
Provisões	15	88 085,32	420 559,74
Financiamentos obtidos	7	4 006 852,49	4 930 021,32
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Fornecedores		0,00	0,00
Outras contas a pagar		27 934 635,28	26 855,25
		<b>32 029 573,09</b>	<b>5 377 436,31</b>

**Balanco Consolidado 31 de dezembro de 2020**

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		31-12-2020	31-12-2019
<b>Passivo corrente</b>			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		18 399,34	16 276 712,32
Fornecedores		89 481,28	110 023,46
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		45 471,50	45 471,50
Estado e outros entes públicos		413 892,13	215 055,17
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	1 154 776,40	1 114 971,74
Fornecedores de investimentos		0,00	3 075,00
Outras contas a pagar		7 830 522,80	4 261 010,76
Diferimentos		2 894 901,57	3 420 930,72
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		12 447 445,02	25 447 250,67
	<b>Total Passivo</b>	<b>44 477 018,11</b>	<b>30 824 686,98</b>
	<b>Total Património Líquido e Passivo</b>	<b>296 075 271,36</b>	<b>289 202 920,10</b>

ORGÃO EXECUTIVO

Em .... de ..... de .....

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em .... de ..... de .....

.....

### **3.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA**

**Demonstração de resultados consolidado por natureza do período findo em 31 de Dezembro de 2020**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2020	31/12/2019
Impostos, contribuições e taxas		33 448 752,00	35 778 698,32
Vendas		4 279 763,52	12 636 949,35
Prestações de serviços e concessões		4 870 280,96	110 607,12
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		585 571,90	0,00
Transferências e subsídios correntes obtidos		7 615 354,23	6 653 539,24
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-4 021 089,01	-3 792 799,79
Fornecimentos e serviços externos		-17 633 476,58	-16 871 627,89
Gastos com pessoal	19	-16 317 337,68	-15 028 461,02
Transferências e subsídios concedidos		-4 075 261,74	-3 049 774,62
Prestações sociais		-11 876,94	0,00
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-237 182,18	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		332 474,42	-261 256,81
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		3 887 217,07	3 358 494,69
Outros gastos		-3 254 144,43	-10 896 149,35
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>9 469 045,54</b>	<b>8 638 219,24</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-4 775 637,69	-4 595 245,17
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>4 693 407,85</b>	<b>4 042 974,07</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		517,74	860 475,38
Juros e gastos similares suportados		-12 460,98	-79 242,53
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>4 681 464,61</b>	<b>4 824 206,92</b>
Imposto sobre o rendimento		84 248,90	-59 203,56
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>4 765 713,51</b>	<b>4 765 003,36</b>
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores do capital da entidade-mãe		0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00
		<b>4 765 713,51</b>	<b>4 765 003,36</b>

ORGÃO EXECUTIVO

Em .... de ..... de .....

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em .... de ..... de .....

.....

### **3.3 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS CAIXA CONSOLIDADA**

## Municípios de Lagos

Demonstração dos fluxos de caixa Consolidado em 31 de Dezembro de 2020

Valores em €

Rubricas	Notas	Exercícios	
		31-12-2020	31-12-2019
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		9 875 544,49	11 607 095,80
Recebimentos de contribuintes		30 064 624,35	30 064 624,35
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		7 934 372,79	8 045 422,35
Recebimentos de utentes		3 141 467,94	3 141 467,94
Pagamentos a fornecedores		- 19 537 630,80	- 20 523 119,99
Pagamentos ao pessoal		- 10 237 031,08	- 10 212 056,35
Pagamentos a contribuintes / Utentes		-	-
Pagamentos de transferências e subsídios		- 370 130,05	- 481 179,61
Pagamentos de prestações sociais		-	-
Caixa gerada pelas operações		20 871 217,64	21 642 254,49
Recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Pagamento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos		214 679,86	1 136 366,58
Outros pagamentos		- 21 019 082,45	- 3 549 634,49
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		66 815,05	19 228 986,58
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		- 3 243 903,34	- 7 480 284,84
Ativos intangíveis		- 108 367,35	-
Propriedades de investimento		-	-
Investimentos financeiros		-	- 116 312,50
Outros ativos		- 3 390,00	- 227 988,65
<b>Recebimentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		31 814,20	103 159,18
Ativos intangíveis		-	-
Propriedades de investimento		65 114,63	76 756,99
Investimentos financeiros		140 990,00	-
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		854 824,65	365 045,67
Transferências de capital		835 916,33	1 883 802,84
Juros e rendimentos similares		1 729,96	1 380,48
Dividendos		428 296,64	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		- 996 974,28	- 5 394 440,83
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
<b>Recebimentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		90 000,00	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			

Municípios de Lagos

Demonstração dos fluxos de caixa Consolidado em 31 de Dezembro de 2020

Valores em €

Rubricas	Notas	Exercícios	
		31-12-2020	31-12-2019
Financiamentos obtidos		- 90 000,00	- 1 156 863,86
Juros e gastos similares		- 20 495,59	- 51 056,26
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Outras operações de financiamento		-	- 1 563 574,69
Fluxos de caixa das atividades de financiamento ( c)		- 20 495,59	- 2 771 494,81
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>		<b>- 947 786,37</b>	<b>11 053 735,25</b>
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		36 313 878,29	28 762 194,83
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<b>35 366 091,92</b>	<b>38 983 281,73</b>

Municípios de Lagos

Demonstração dos fluxos de caixa Consolidado em 31 de Dezembro de 2020

Valores em €

Rubricas	Notas	Exercícios	
		31-12-2020	31-12-2019
<b>CONSOLIDAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DE GERÊNCIA</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>36 313 878,29</b>	<b>28 762 194,83</b>
- Equivalentes a caixa no início do período		- 4 479 488,12	-
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		4 479 488,12	-
- Variações cambiais de caixa no início do período		-	-
=saldo de gerência anterior		36 313 878,29	28 762 194,83
De execução orçamental		35 597 205,12	28 567 603,58
De operações de tesouraria		204 977,28	194 591,25
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>35 366 091,92</b>	<b>36 313 878,29</b>
- Equivalentes a caixa no fim do período		- 4 390 721,09	-
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		4 390 721,09	-
- Variações cambiais de caixa no fim do período		35 308 085,59	-
=saldo de gerência seguinte		<b>35 366 091,92</b>	<b>36 313 878,29</b>
De execução orçamental		35 262 588,83	36 108 901,01
De operações de tesouraria		45 496,76	204 977,28

ORGÃO EXECUTIVO

Em .... de .....de.....

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em .... de .....de.....

.....

### **3.4 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO**

**Demonstração das Alterações no Património Líquido Consolidado**

<b>MOVIMENTOS NO PERÍODO</b>	Notas	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedente de revalorização	Outras variações no CP	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020</b>	1	138 441 812				10 636 793		81 568 650			23 165 975	4 779 445	<b>258 592 675</b>		<b>258 592 675</b>
<b>Alterações do período:</b>															
Primeira adopção do referencial contabilístico								(18 564 619)	1 837 695		(457)		<b>(16 727 381)</b>		<b>(16 727 381)</b>
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de dem.financieiras															
Realização do exced.revalor.AFT e AI															
Exced.revalor.AFT e AI e respectivas variações															
Transferências e subsídios de capital								6 872 568			2 509 444		<b>2 509 444</b>		<b>2 509 444</b>
Correção de erros materiais								212 050			(81 804)	(4 388 654)	<b>(4 258 408)</b>		<b>(4 258 408)</b>
Outras alterações/Transferência Resultados Exerc. Anterior															
	2							(11 480 001)	1 837 695		2 427 183	(4 388 654)	<b>(11 603 777)</b>		<b>(11 603 777)</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	3											4 374 922	<b>4 374 922</b>		<b>4 374 922</b>
<b>Resultado integral</b>	4=2+3											(404 523)	<b>(7 228 855)</b>		<b>(7 228 855)</b>
<b>Operações com detentores de CP:</b>															
Realizações de capital/património															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações							228 370		6 064				<b>234 434</b>		<b>234 434</b>
Subscrições de prémios de emissão															
	5						228 370		6 064				<b>234 434</b>		<b>234 434</b>
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021</b>	6=1+2+3+5	<b>138 441 812</b>				<b>10 865 163</b>		<b>70 088 649</b>	<b>1 843 759</b>		<b>25 593 157</b>	<b>4 765 714</b>	<b>251 598 254</b>		<b>251 598 254</b>

### **3.5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

**NOTA 1 -IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES, PERÍODO DE RELATO, REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SNC-AP**

**1.1 - Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:**

**a) Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:**

<b>Tipo de Entidade</b>	<b>Denominação</b>	<b>Sede</b>	<b>Percentagem de detenção de capital</b>	<b>Motivo de inclusão na consolidação</b>
Entidade consolidante	Câmara Municipal de Lagos	Paços do Concelho Sec. XXI, Praça do Município, 8600 – 293 Lagos	Não aplicável	Lei nº 73/2013 - Autarquia local
Entidade consolidada	Lagos – Em – Forma – Gestão Desportiva, E.M, S.A	Complexo Desportivo Municipal 8600-324 Lagos	100%	Lei nº 73/2013 – Empresa Local detida a 100%

**- Número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício, repartido por categorias:**

**Câmara Municipal de Lagos**

<b>Carreiras</b>	<b>Total</b>
Dirigentes	16
Técnicos Superiores	112
Assistentes Técnicos	245
Assistente Operacional	440
Informáticos	5
Polícia Municipal	12
Outros (Categorias Subsistentes)	9
<b>Total</b>	<b>839</b>

## Lagos – Em – Forma – Gestão Desportiva, E.M.,S.A

Carreiras	Total
Técnicos Superiores	6
Assistentes Técnicos	24
Assistente Operacional	19
<b>Total</b>	<b>49</b>

### b) Relativamente às entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:

Denominação	Sede	Percentagem de detenção de capital	Motivo de exclusão na consolidação
Águas do Algarve, S.A.	Rua do Repouso n° 10 8000-302 Faro	3,40%	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Algar, S.A.	Barros de São João da Venda 8135-026 Almancil	3,38%	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
EL - Estacionamentos de Lagos, SA	Praceta Dr. António Henrique Balté Lote 24 Fração F 8600-527 Lagos	49,00%	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Neofutur - Promoção e Conservação de Imóveis, SA	Rua Tenente Espanca, 20 1050-223 Lisboa	49,00%	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Centro de Ciência Viva de Lagos	Rua Dr. Faria e Silva, n° 34 8600 Lagos	33,33%	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Terras do Infante - Associação de Municípios	Rua Tenente Espanca, 20 1050-223 Lisboa	33,33%	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças
Fundo de Apoio Municipal	Rua Tenente Espanca, 20 1050-223 Lisboa	0,036%	Detenção pouco significativa – Excluída pela Lei das Finanças

**1.2 - Recursos humanos - identificação dos elementos responsáveis pela direção da entidade de cada entidade:**

**Câmara Municipal de Lagos**

<b>Estrutura</b>	<b>Nome</b>	<b>Período de Responsabilidade</b>
Presidente	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira	01/01/2020 a 31/12/2020
Vereador com funções de Vice-Presidente	Paulo Jorge Correia dos Reis	01/01/2020 a 31/12/2020
Vereador	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim	01/01/2020 a 31/12/2020
Vereadora	Sara Maria Horta Nogueira Coelho	01/01/2020 a 31/12/2020
Vereador	Luís Manuel da Silva Barroso	01/01/2020 a 31/12/2020
Vereador	Luis Alberto Bandarra dos Reis	01/01/2020 a 31/12/2020
Vereadora	Sandra Maria Almada de Oliveira	01/01/2020 a 31/12/2020

**Lagos – Em – Forma – Gestão Desportiva, E.M, S.A**

<b>Estrutura</b>	<b>Nome</b>
Presidente do Conselho de Administração	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
Administrador Delegado	Francisco José Pargana da Glória Quitéria
Administrador não Executivo	Sara Maria Horta Nogueira Coelho

### 1.3 Referencial contabilístico e adoção pela primeira vez do SNC-AP

As demonstrações financeiras apresentadas correspondem às primeiras demonstrações financeiras consolidadas, preparadas em conformidade com o SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro.

As demonstrações financeiras foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da sua posição financeira, alterações à posição financeira, a sua performance financeira e os seus fluxos de caixa.

Uma apresentação verdadeira e apropriada requer que seja feita uma representação fidedigna dos efeitos das transações, de outros eventos, e das condições no que respeita ao reconhecimento dos ativos, passivos, rendimentos e gastos, de acordo com o previsto no SNC-AP.

No quadro seguinte é sumariado o grau de implementação do SNC-AP:

<b>Norma</b>	<b>Estado</b>
NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras	Aplicada
NCP 2 - Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros	Aplicada
NCP 3 - Ativos Intangíveis	Aplicada
NCP 4 - Acordos de Concessão de Serviços: Concedente	Aplicada
NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis	Aplicada
NCP 6 - Locações	Aplicada
NCP 7 - Custos de Empréstimos Obtidos	Aplicada
NCP 8 - Propriedades de Investimento	Aplicada
NCP 9 - Imparidade de Ativos	Aplicada
NCP 10 - Inventários	Aplicada
NCP 11 - Agricultura	Não Aplicada
NCP 12 – Contratos de Construção	Aplicada
NCP 13 - Rendimento de Transações com Contraprestação	Aplicada
NCP 14 - Rendimento de Transações sem Contraprestação	Aplicada
NCP 15 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Aplicada
NCP 16 - Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio	Aplicada
NCP 17 - Acontecimentos Após a Data de Relato	Aplicada
NCP 18 - Instrumentos Financeiros	Aplicada
NCP 19 - Benefícios dos Empregados	Aplicada

NCP 20 - Divulgações de Partes Relacionadas	Aplicada
NCP 21 - Demonstrações Financeiras Separadas	Aplicada
NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Aplicada
NCP 23 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos	Aplicada
NCP 24 - Acordos Conjuntos	Aplicada
NCP 25 - Relato por Segmentos	Aplicada
NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental	Não Aplicada
NCP 27 - Contabilidade de Gestão	Não Aplicada

De acordo com o referencial contabilístico, divulga-se informação referente às quantias disponíveis em caixa e depósitos:

Conta	2020	2019
<b>Caixa</b>	7 196,69	35 070,68
<b>Depósitos à ordem</b>		
Depósitos bancários à ordem	30 968 174,14	36 071 807,61
<b>Outros depósitos</b>	-	-
Depósitos a prazo	4 390 721,09	-
Depósitos consignados	-	207 000,00
<b>Total</b>	<b>35 366 091,92</b>	<b>36 313 878,29</b>

De acordo com o normativo para efeitos de aplicação pela primeira vez da Norma de Contabilidade Pública - NCP e embora com as condicionantes mencionadas no quadro anterior, foram:

- Reconhecidos todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é obrigatório pelas NCP;
- Reconhecidos os ativos apenas quando os mesmos são permitidos pelas NCP;
- Reclassificados os itens que foram reconhecidos de acordo com o Plano Oficial das Autarquias Locais (POCAL), numa categoria, mas que de acordo com as NCP pertencem a outra categoria;
- Aplicadas as NCP na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

As demonstrações financeiras foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da sua posição financeira, alterações à posição financeira, à sua performance financeira e aos seus fluxos de caixa.

Uma apresentação verdadeira e apropriada requer que seja feita uma representação fidedigna dos efeitos das transações, de outros eventos, e das condições no que respeita ao reconhecimento dos ativos, passivos, rendimentos e gastos, de acordo com o previsto no SNC-AP.

De acordo com o previsto no Manual de Implementação do SNC-AP, aprovado pela CNC, nas primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo como SNC-AP, a informação relativa ao ano anterior baseou-se no POCAL, através de mera conversão dos saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP, utilizando os modelos previstos nesse manual.

Para efeitos de divulgação de conciliação dos efeitos da transição do POCAL para o SNC-AP é apresentado o quadro seguinte:





## **Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras Consolidadas são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação. Por aplicação da opção prevista do manual de implementação do SNC-AP, aprovado pela Comissão de Normalização Contabilística, a informação relativa a anos anteriores é uma mera conversão de saldos do POCAL. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Sempre que possível e quando relevante, é apresentada informação comparativa com respeito ao período anterior.

Embora seja o primeiro ano de adoção do SNC-AP, sempre que praticável são aplicadas as políticas contabilísticas anteriormente adotadas.

A consistência das demonstrações financeiras procura ser efetuada tanto ao nível dos movimentos contabilísticos e políticas contabilísticas, como também pela apresentação e divulgação.

Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras, os itens de natureza ou função dissemelhante são apresentados separadamente, exceto quando imateriais.

Tanto os ativos e passivos, como os rendimentos e gastos, não são sujeitos a compensação, exceto quando exigível por aplicação de uma NCP.

### **Ativos Intangíveis**

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os ativos intangíveis com vida útil finita, são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade, sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade. Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual, são revistos no final de cada ano, e os efeitos dessas possíveis alterações são tratados como alterações de estimativas, de forma prospetiva.

A imparidade dos ativos intangíveis, é calculada com os mesmos critérios descritos no ponto anterior, relativamente aos ativos fixos tangíveis. As taxas de amortização têm em conta a depreciação do ativo durante a sua vida útil esperada.

### **Ativos Fixos Tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis, incluem bens do domínio público e privado, utilizados na atividade municipal, prestação de serviços ou no uso administrativo, e são registados ao custo de aquisição, o

qual inclui não só o custo de compra, mas também eventuais custos necessários para colocar os ativos operacionais.

As depreciações são calculadas, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com a finalidade pretendida, pelo método das quotas constantes, e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e de acordo com as regras estabelecidas no Classificador Complementar 2, incluído no Plano de Contas Multidimensional do SNC-AP, mantendo-se a vida útil dos bens adquiridos previamente à entrada em vigor do SNC-AP nos termos definidos na Portaria 671/2000, de 17 de abril (CIBE), exceto para edifícios e outras construções.

Os terrenos não são amortizáveis.

Os bens adquiridos em regime de locação financeira, são depreciados utilizando as mesmas taxas dos restantes ativos fixos, ou seja, tendo por base a respetiva vida útil dos mesmos.

O valor residual considerado é nulo, pelo que o valor depreciável, sobre o qual incidem as amortizações, corresponde ao respetivo custo de aquisição. O gasto com depreciações é reconhecido na Demonstração de Resultados, na rubrica de Gastos de Depreciação e Amortização. Os gastos de reparação e manutenção, são considerados como gastos no período em que ocorrem. Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um bem (calculado como a diferença entre o valor de venda, menos os custos da venda e o valor contabilístico), é incluído no resultado do exercício, no ano em que o ativo é desreconhecido.

De acordo com o estabelecido no manual de implementação do SNC-AP, o justo valor dos imóveis do domínio privado é o seu Valor Patrimonial Tributário.

Os bens recebidos no âmbito de operações urbanísticas, quando identificado o seu justo valor, é considerado esse montante na definição da mensuração inicial, sendo rendimento imputado ao exercício económico em que o bem é recebido.

Por não se considerarem materialmente relevantes e respeitando as notas explicativas ao plano de contas multidimensional, as aquisições de bens de valor unitário inferior a 100 euros são consideradas como gasto do exercício.

Incluem-se em Ativos Fixos tangíveis, os bens titulados pela autarquia mas cedidos a terceiros em comodato ou direito de superfície, dado que a autarquia mantém o controlo quanto ao seu uso.

Os bens concessionados a terceiros, como os referentes à rede de iluminação pública e saneamento de águas residuais, são considerados ativos fixos tangíveis, por aplicação dos critérios de reconhecimento da NCP 4.

### **Locações**

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos

e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

### **Propriedades de investimento**

As propriedades de investimento, são bens com duração superior a um ano, que se destinam a obter rendas e ou valorização do capital investido.

Considera-se apenas que um ativo é propriedade de investimento, quando gera fluxos de caixa largamente independentes dos outros ativos detidos pela autarquia.

Os imóveis detidos para arrendamento social, estão reconhecidos como ativos fixos tangíveis, por terem uma função social.

O critério de mensuração inicial e subsequente é idêntico ao dos ativos fixos tangíveis.

### **Investimentos financeiros**

As participações em entidades são reconhecidas inicialmente pelo custo.

As participações onde exista influência dominante ou significativa são reconhecidas posteriormente pelo método da equivalência patrimonial.

São anualmente calculadas as imparidades referentes às participações e refletido o eventual ajustamento de imparidade no resultado do período.

Não existem participações em entidades registadas pelo justo valor.

### **Diferimentos**

Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de Diferimentos do Passivo e do Ativo, respetivamente.

### **Clientes, contribuintes e utentes, e outras contas a receber**

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade.

Encontra-se refletido na rubrica de outras contas a receber, os acréscimos de rendimentos que são reconhecimentos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos.

Tem especial relevo na rubrica de outras contas a receber o acréscimo de rendimentos relacionado com a especialização do Imposto Municipal s/Imóveis, Imposto Municipal s/Transações e Derrama cuja liquidação ocorre no exercício económico seguinte, mas referente ao imposto do ano corrente.

A imparidade das contas a receber, incluindo clientes, contribuintes e utentes, é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

### **Inventários**

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Encontram-se evidenciados em inventários os bens destinados a ser utilizados na prestação de serviços da autarquia e bens destinados a venda no ciclo normal da atividade.

Anualmente são apuradas imparidades para bens cujo valor realizável é inferior ao custo, ou quando o bem não se encontra nas condições esperadas para a sua utilização na prestação de serviços.

### **Contratos de construção**

Quando a autarquia é contratada para construir equipamentos para a entidade contratante, reconhece os rendimentos desse contrato em função da execução física da respetiva obra, efetuando os respetivos diferimentos ou acréscimos de rendimentos.

Se a autarquia estabelecer um protocolo que implique um subsídio para a totalidade da construção de um equipamento que será titulado pela entidade concedente do subsídio, reconhece esse protocolo como contrato de construção nos termos do parágrafo anterior.

Sempre que um contrato de construção se verifique como oneroso é registada a respetiva provisão.

### **Financiamentos obtidos**

Os financiamentos estão valorizados ao custo ou custo amortizado. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial os financiamentos são reconhecidos no passivo, pelo valor nominal recebido e líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui encargos financeiros, e calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

A conta inclui também os financiamentos relativos a locações financeiras, os quais estão registados ao custo.

Os contratos de locação financeira são classificados como:

- Locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.
- A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância e não da forma do contrato.
- Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo-se no

Balanço o ativo adquirido e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual.

- Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas, e a valorização das propriedades de investimento ou as amortizações do imobilizado corpóreo, são reconhecidos na Demonstração de Resultados do exercício a que respeitam.

Os juros de empréstimos destinados ao financiamento de empreitadas são considerados como custo do ativo fixo tangível enquanto decorre a obra, enquanto a mesma decorre dentro do período normal calendarizado.

### **Fornecedores, Fornecedores de investimentos e outras contas a pagar**

Os saldos incluídos nestas rubricas apenas quando a autarquia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, sendo os mesmos mensurados pelo custo ou custo amortizado.

Encontram-se também refletidos na rubrica de outras contas a pagar saldos referentes a acréscimos de gastos.

### **Provisões**

São constituídas provisões para fazer face a obrigações presentes resultantes de acontecimentos já ocorridos, sendo provável um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação.

As provisões constituídas correspondem essencialmente a processos judiciais e apuradas com base em relatório dos advogados do município responsáveis pelas ações judiciais, que definem o valor esperado da ação e dão a sua opinião quanto à probabilidade de desfecho desfavorável para a autarquia.

### **Outras variações de capitais próprios**

Inclui-se nesta rubrica essencialmente o reconhecimento de subsídios ao investimento e das verbas atribuídas como capital pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro (apenas após 2020), referentes a investimento já concluído e que são reconhecidos em resultados na medida em que se deprecia o bem para o quase se destinou o apoio.

### **Rendimentos**

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços e dos subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração de Resultados, com referência à data da prestação de serviços e, à data do Balanço, são reconhecidos líquidos de impostos, de descontos e de outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os juros e ganhos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

O rendimento de impostos e taxas municipais é reconhecido na data em que o direito é adquirido e quando é possível realizar estimativa fiável do mesmo.

### **Gastos com pessoal**

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos trabalhadores e membros dos órgãos autárquicos, independentemente da data do seu pagamento.

De acordo com a legislação laboral em vigor, os trabalhadores na sua generalidade, têm direito a férias e subsídio de férias, no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado.

Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte. Este montante foi reconhecido na rubrica Outras Contas a Pagar na subrubrica de Remunerações a Liquidar.

### **Juros e gastos similares**

Os gastos com financiamento são reconhecidos na Demonstração de Resultados do período a que respeitam, e incluem os juros suportados com esses financiamentos, exceto quando o financiamento se destine a obras ainda em curso.

### **Subsídios e transferências correntes**

Os subsídios e transferências obtidas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que venham a ser recebidos e de que a autarquia cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos na rubrica Outras variações no património líquido, são transferidos numa base sistemática para resultados, à medida que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração e transferências correntes destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento.

### **Pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade, não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível da sua atividade.

Pese embora o efeito da pandemia do COVID 19 tenha originado impacto orçamental e financeiro, essencialmente pelo acréscimo da despesa e diminuição da receita, considera-se que se trata de uma questão conjuntural e que não colocará em causa a continuidade do desenvolvimento da atividade do Município.

### Nota 3 - Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente diversos projetos de desenvolvimento e programas informáticos diferenciados do computador.

A amortização dos ativos intangíveis é realizada pelo método da linha reta, quadro seguinte resumem-se as variações ocorridas:

#### AI - ATIVOS INTANGÍVEIS - QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Reval.	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	diminuições	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										-
Goodwill										-
Projetos de desenvolvimento	682 773,82	347 283,65								756 096,98
Programas de computador e sistemas de informação	128 047,61	97 540,48								148 689,86
Propriedade industrial e intelectual	25 000,00									25 000,00
Outros										-
Ativos intangíveis em curso	10 793,27	1 199,25	11 992,52							-
<b>total</b>	<b>846 614,70</b>	<b>446 023,38</b>	<b>11 992,52</b>							<b>929 786,84</b>

Detalham-se nos quadros seguintes as adições e diminuições ocorridas em ativos intangíveis:

#### AI-A - Ativos Intangíveis desagregação das Adições

RUBRICAS	Adições									Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										-
Goodwill										-
Projetos de desenvolvimento				347 283,65						347 283,65
Programas de computador e sistemas de informação		97 540,48								97 540,48
Propriedade industrial e intelectual										-
Outros										-
Ativos intangíveis em curso									1 199,25	1 199,25
<b>total</b>	<b>-</b>	<b>97 540,48</b>	<b>-</b>	<b>347 283,65</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 199,25</b>	<b>446 023,38</b>

#### AI-D - Ativos Intangíveis desagregação das Diminuições

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienação a título	Transferência ou troca	Fusão, cisão,	Outras	Total
ATIVOS INTANGÍVEIS					
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
Goodwill					
Projetos de desenvolvimento					
Programas de computador e sistemas de informação					
Propriedade industrial e intelectual					
Outros					
Ativos intangíveis em curso					
<b>total</b>					

No quadro seguinte detalha-se:

**AI- Ativos Intangíveis variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas**

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
441 Goodwill								
442 Projetos de desenvolvimento	907 960,55	225 186,73		682 773,82	501 873,80	499 147,22		2 726,58
443 Programas de computador e sistemas de informação	1 619 805,95	1 491 758,34		128 047,61	1 716 409,57	1 570 222,82		146 186,75
444 Propriedade industrial e intelectual	25 000,00			25 000,00	25 000,00			25 000,00
446 Outros								-
454 Ativos intangíveis em curso	309 016,20			309 016,20	69 574,82			69 574,82
total	2 861 782,70	1 716 945,07		1 144 837,63	2 312 858,19	2 069 370,04		243 488,15

**Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente**

*Não Aplicável.*

**Nota 5 - Ativos Fixos Tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis da conta consolidada são variados, incluem, entre outros, equipamento básico e mobiliário, mas a sua principal componente é relativa a equipamento de transporte e outros bens de domínio público, quadro seguinte resumem-se as variações ocorridas:

AFT - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - QUANTIA ESCRITURADA E VARIÁÇÕES DO PERÍODO

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações no período							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por Imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>									
Terrenos e recursos naturais	10 971 099,77	139 044,23	4 692 780,24				454,66		15 803 378,90
Edifícios e outras construções	925 511,87	248 471,11	3 257 727,29				509 952,05	244 083,02	3 677 675,20
Infraestruturas	57 446 077,88	621 048,94	6 437 960,45				1 441 146,55	41 892,28	50 146 127,54
Património histórico, artístico e cultural	1 897 484,28	50 137,00	1 459 885,98				143 827,15	976,63	630 585,82
Outros	26 559,53	-	32 688,60				6 129,07		-
<b>Bens de domínio público em curso</b>									
<b>Ativos fixos em concessão</b>									
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Infraestruturas									
Património histórico, artístico e cultural									
Ativos fixos em concessão em curso									
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>									
Terrenos e recursos naturais	43 872 205,97	24 259,52	156 000,00					27 280,00	43 713 185,49
Edifícios e outras construções	90 365 805,19	3 440 032,05	3 588 213,48				2 500 487,28	1 569 580,58	93 323 982,86
Equipamento básico	1 993 271,01	817 654,54	38 510,64				283 213,23	230 206,14	2 258 995,54
Equipamento de transporte	1 261 499,83	1 564 385,88	6 580,42				76 235,05	451 807,78	2 456 893,40
Equipamento administrativo	360 585,71	303 377,95	34 147,38				105 125,11	53 272,18	539 713,75
Equipamentos biológicos	4 700 031,75	11 075,08	-				230,74	-	4 710 876,09
Outros	792 138,07	548 577,75	336 506,39				210 073,43	12 152,51	1 454 996,27
Ativos fixos tangíveis em curso	3 662 276,50	5 439 398,67	2 047 617,38				-	99 547,58	6 954 510,21
<b>Total</b>	<b>218 274 547,36</b>	<b>13 207 462,72</b>	<b>1 743 292,15</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>- 4 823 582,46</b>	<b>- 2 730 798,70</b>	<b>225 670 921,07</b>

A desagregação das adições e diminuições resumem-se nos quadros seguintes:

AFT-A - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - Adições

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>											
Terrenos e recursos naturais	-	50 113,92	-	-	9 275,81	-	-	-	-	79 654,50	139 044,23
Edifícios e outras construções	15 571,49	-	-	-	-	-	-	-	-	232 899,62	248 471,11
Infraestruturas	553 810,84	5 231,54	-	-	-	-	-	-	-	62 006,56	621 048,94
Património histórico, artístico e cultural	-	8 737,00	-	-	-	-	-	-	-	41 400,00	50 137,00
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Bens de domínio público em curso</b>											
<b>Ativos fixos em concessão</b>											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>											
Terrenos e recursos naturais	-	7 979,52	-	-	-	-	-	-	-	16 280,00	24 259,52
Edifícios e outras construções	180 738,57	100 661,64	-	1 521 841,38	-	-	-	-	-	1 636 790,46	3 440 032,05
Equipamento básico	7 156,00	445 335,77	-	204 550,21	-	-	-	-	-	160 612,56	817 654,54
Equipamento de transporte	-	1 510 756,71	-	-	-	-	-	-	-	53 629,17	1 564 385,88
Equipamento administrativo	-	289 670,74	-	13 707,21	-	-	-	-	-	-	303 377,95
Equipamentos biológicos	10 647,38	168,35	-	-	-	-	-	-	-	259,35	11 075,08
Outros	303 691,80	221 355,56	-	4 036,75	-	-	-	-	-	19 493,64	548 577,75
Ativos fixos tangíveis em curso	5 063 487,64	-	-	-	-	-	-	-	-	375 911,03	5 439 398,67
<b>Total</b>	<b>6 135 103,72</b>	<b>2 640 010,75</b>	<b>-</b>	<b>1 744 135,55</b>	<b>9 275,81</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2 678 936,89</b>	<b>13 207 462,72</b>

AFT-D - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - Diminuições

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções					- 244 083,02	- 244 083,02
Infraestruturas					- 41 892,28	- 41 892,28
Património histórico, artístico e cultural					- 976,63	- 976,63
Outros					-	-
Bens de domínio público em curso						-
<b>Ativos fixos em concessão</b>						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>						
Terrenos e recursos naturais	- 16 280,00	-	-	-	- 11 000,00	- 27 280,00
Edifícios e outras construções	- 249 542,51	-	-	-	- 1 320 038,07	- 1 569 580,58
Equipamento básico	- 156 211,86	-	-	-	- 73 994,28	- 230 206,14
Equipamento de transporte	- 402 087,18	-	-	-	- 49 720,60	- 451 807,78
Equipamento administrativo	-	-	-	-	- 53 272,18	- 53 272,18
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	- 12 152,51	- 12 152,51
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	- 99 547,58	- 99 547,58
<b>Total</b>	<b>- 824 121,55</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>- 1 906 677,15</b>	<b>- 2 730 798,70</b>

Detalham-se no quadro seguinte a variação das depreciações e amortizações e perdas por imparidade acumuladas:

AFT-D - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>								
Terrenos e recursos naturais	10 971 554,43	454,66	-	10 971 099,77	15 803 378,90	-	-	15 803 378,90
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	4 390 180,45	712 505,25	-	3 677 675,20
Infraestruturas	114 171 100,05	55 821 405,30	-	58 349 694,75	107 206 126,19	57 059 998,65	-	50 146 127,54
Património histórico, artístico e cultural	1 483 485,90	145 078,49	-	1 338 407,41	631 837,16	1 251,34	-	630 585,82
Outros	32 688,60	6 129,07	-	26 559,53	-	-	-	-
Bens de domínio público em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Ativos fixos em concessão</b>								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>								
Terrenos e recursos naturais	43 894 100,97	-	-	43 894 100,97	43 894 100,97	-	-	43 894 100,97
Edifícios e outras construções	108 486 341,95	19 511 387,51	-	88 974 954,44	88 974 954,44	22 002 203,66	-	66 972 750,78
Equipamento básico	11 808 548,25	9 480 715,26	-	2 327 832,99	2 327 832,99	6 136 697,26	-	3 808 864,27
Equipamento de transporte	3 859 507,55	3 223 559,59	-	635 947,96	635 947,96	4 591 932,15	-	3 955 984,19
Equipamento administrativo	6 713 674,94	6 141 234,16	-	572 440,78	572 440,78	3 694 803,81	-	3 122 363,03
Equipamentos biológicos	-	73 905,58	-	73 905,58	73 905,58	74 136,32	-	148 041,90
Outros	6 468 714,45	1 047 784,48	-	5 420 929,97	5 420 929,97	2 971 688,32	-	2 449 241,65
Ativos fixos tangíveis em curso	3 637 744,65	141 875,16	-	3 495 869,49	3 495 869,49	141 875,16	-	3 353 994,33
<b>Total</b>	<b>311 527 461,74</b>	<b>95 593 529,26</b>	<b>-</b>	<b>215 933 932,48</b>	<b>273 279 693,72</b>	<b>97 387 091,92</b>	<b>-</b>	<b>175 892 601,80</b>

## Nota 6 - Locações

Não se aplica.

## Nota 7 - Custos de empréstimos obtidos e financiamentos obtidos

Nesta nota divulga-se o que concerne a custos de empréstimos obtidos e os saldos de financiamentos obtidos à data de 31 de dezembro de 2020:

Empréstimos obtidos	Quantia dos custos de empréstimos obtidos	
	2020	2019
Juros de financiamentos obtidos	11 517,38	15 635,27
Outros gastos de financiamento	38,30	641,07
<b>Total</b>	<b>11 555,68</b>	<b>16 276,34</b>

Financiamentos obtidos	2020	2019
<b>Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis</b>		
Exigível a curto prazo	28 869,33	
<b>Empréstimos bancários</b>		
Exigível a curto prazo	1 125 907,07	1 114 971,74
<b>Total a curto prazo</b>	<b>1 154 776,40</b>	<b>1 114 971,74</b>
<b>Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis</b>		
Exigível a médio e longo prazo	202 085,31	
<b>Empréstimos bancários</b>		
Exigível a médio e longo prazo	3 894 767,18	4 930 021,32
<b>Total a médio e longo prazo</b>	<b>4 096 852,49</b>	<b>4 930 021,32</b>

## Nota 8 - Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” os movimentos ocorridos foram:

### Propriedades de Investimento - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Depreciações período	Perdas imparidade	Dif. cambiais	Diminuições	
<b>Propriedades de Investimento</b>								
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	5 727 336,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 727 336,06
Edifícios e outras construções	2 730 113,16	0,00	-2 608 659,87	-2 276,91	0,00	0,00	0,00	119 176,38
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>	<b>8 457 449,22</b>	<b>0,00</b>	<b>-2 608 659,87</b>	<b>-2 276,91</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5 846 512,44</b>

## Nota 9 - Imparidade de ativos

O reconhecimento das imparidade de dívidas a receber de clientes e utentes foi avaliada à data do relato, ou seja, no final do período contabilístico.

Para toda a dívida que evidência risco de incobrabilidade foi reconhecida imparidade a 100% (dívida em mora desde o ano 2012 até junho de 2020).

Relativamente à dívida com datas de emissão entre 01 julho de 2020 e 31 de dezembro de 2020, que evidência risco de incobrabilidade foi reconhecida imparidade a 50%, uma vez que o Município suspendeu a constituição de execução fiscal e alargou o prazo de pagamento nas diferentes modalidades, após ter sido declarado o Estado de Emergência, em consequência do surto do Covid-19.

No quadro seguinte identifica-se a contabilização:

### Imparidade de Ativos

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de imparidades	Quantia Recuperável
Outros instrumentos financeiros a curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	6 149 432,14	0,00	0,00	6 149 432,14
Clientes, contribuintes e utentes	1 836 402,80	751 636,12	0,00	1 084 766,68
Fornecedores	4 140,00	0,00	0,00	4 140,00
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber e a pagar	18 554 358,24	0,00	0,00	18 554 358,24
Mercadorias	171 032,21	0,00	0,00	171 032,21
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	82 955,70	0,00	0,00	82 955,70
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros	4 493 775,14	0,00	0,00	4 493 775,14
Propriedades de investimento	5 846 512,44	0,00	0,00	5 846 512,44
Ativos fixos tangíveis	216 409 251,23	0,00	0,00	216 409 251,23
Ativos intangíveis	172 345,38	0,00	0,00	172 345,38
Investimentos em curso	7 024 085,03	0,00	0,00	7 024 085,03
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>	<b>260 744 290,31</b>	<b>751 636,12</b>	<b>0,00</b>	<b>259 992 654,19</b>

### Nota 10 – Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2020 – custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	3 002 384,99		3 002 384,99
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	985 325,70		985 325,70
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
<b>Total</b>	<b>3 987 710,69</b>	<b>-</b>	<b>3 987 710,69</b>

Movimentos do período									
Descrição	Inventário Inicial	Compras	Consumo / Gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversão de perdas por imparidade	Outros aumentos de inventário	Outras reduções de inventário	Inventário final
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	210 894,66	3 002 384,99	3 037 135,74						176 143,91
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	79 619,88	985 325,70	981 989,88						82 955,70
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
<b>Total</b>	<b>290 514,54</b>	<b>3 987 710,69</b>	<b>4 019 125,62</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>259 099,61</b>

#### Nota 11 - Agricultura

Não se aplica.

#### Nota 12 - Contratos de construção

Não se aplica.

### Nota 13 - Rendimentos de transações com contraprestação

O Município procedeu ao tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantia por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>					
Taxas específicas das autarquias locais	3 104 206,69				
<b>Vendas</b>					
Água	3 011 713,75		217 370,09	186 002,87	
Outras mercadorias	8 282,99				
Produtos acabados e intermédios	322,53				
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	780,00				
<b>Prestações de serviços</b>					
Serviços específicos das autarquias locais					
Resíduos Sólidos	963 030,86		68 549,80	66 090,61	
Transportes Escolares	190,18				
Transporte de Pessoas e Mercadorias	123 097,57				
Trabalhos por Conta de Particulares	5 338,99				
Cemitérios	44 480,41				
Mercados e Feiras	37 548,10				
Parques de Estacionamento	10 143,92				
Serviços Recreativos	22 297,15				
Serviços Culturais	22 823,77				
Serviços Desporto	1 615,96				
Canídeos	959,48				
Tarifa de disponibilidade	3 525 309,89		282 087,12	305 709,67	
Outros	373 646,84		9 209,92	30 000,30	
<b>Alienações</b>					
Ativos fixos tangíveis	172 802,48				
<b>Rendas em propriedades de investimento</b>					
Terrenos	562 758,74				
Edifícios e outras construções	542 364,84				
<b>Juros, dividendos e outros rendimentos similares</b>	<b>517,74</b>				
<b>Outros rendimentos suplementares</b>					
Ganhos em inventários	249 120,29				
Outros	44 266,52				
<b>Total</b>	<b>12 827 619,69</b>	<b>0,00</b>	<b>577 216,93</b>	<b>587 803,45</b>	<b>0,00</b>

### Nota 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

O Município reconheceu, nos períodos de 2020 e 2019, os seguintes rendimentos de transações sem contraprestação:

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantia por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
<b>Impostos diretos</b>					
Imposto municipal sobre imóveis	12 542 096,48		11 349 224,43	12 542 096,48	
Imposto único de circulação	961 583,66				
<b>Impostos indiretos</b>					
Imposto sobre veículos	14 616,33				
Impostos indiretos específicos das autarquias locais	1 784,17			1 784,17	
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	16 715 641,19		1 135 749,71	1 896 055,25	
<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>					
Multas e outras penalidades	108 823,48				
Juros de mora	50 699,64		24 505,38	47 477,90	
Juros compensatórios	11 524,64		21 244,89	5 440,08	
Coimas e penalidades por contraordenações	9 260,00				
Outras multas e penalidades	37 339,20				
<b>Transferências correntes</b>					
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	1 449 746,00				
Fundo Social Municipal (FSM)	523 480,00				
Participação no IRS	1 221 086,00				
Participação do IVA	406 105,00				
Educação	2 676 283,14				
Outras	48 895,13				
Associações de Municípios	6 027,05				
FEDER	101 234,39				
Sociedades e quase sociedades não financeiras	1 262 220,00				
<b>Subsídios correntes</b>	<b>31 327,08</b>				
Administrações Públicas	31 327,08				
<b>Reversões</b>					
De provisões	332 474,42				
<b>Imputação de subsídios e transferências para investimentos</b>	<b>406 590,17</b>				
<b>Total</b>	<b>38 950 164,25</b>	<b>0,00</b>	<b>12 530 724,41</b>	<b>14 492 853,88</b>	<b>0,00</b>

### Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O valor da rubrica de provisões é essencialmente correspondente ao montante apurado para fazer face aos riscos existentes de exfluxos de recursos no futuro, aos diversos processos judiciais que se encontram em curso,

Em 31 de dezembro de 2020, o valor das provisões reconhecidas é o seguinte:

Rubricas	Aumentos					Diminuições				
	Quantia escriturada inicial	Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	Quantia escriturada final
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)+(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)+(7)+(8)	(10)=(1)+(5)-(9)
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	426 559,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	332 474,42	332 474,42	94 085,32
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
<b>Total</b>	<b>426 559,74</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>332 474,42</b>	<b>332 474,42</b>	<b>94 085,32</b>

#### Nota 16 - Efeitos de alterações em taxas de câmbio

No corrente exercício não houve registos de taxas de câmbio desfavoráveis ou favoráveis.

#### Nota 17 - Acontecimentos após a data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Foi declarado o Estado de Emergência em 18 de março de 2020, em consequência do surto do Covid-19, classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020, tendo existido subsequentes renovações em 2021.

#### Nota 18 - Instrumentos financeiros

Não houve registos de instrumentos financeiros.

#### Nota 19 - Benefícios dos empregados

O número médio de pessoal no Município na Empresa Lagos-em-Forma, em 2020 foi de 859 e 50, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2020 o número total de ambas as entidades, era de 919.

Os gastos que incorreram com os trabalhadores foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	226 274,90	192 373,12
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	44 224,33	44 554,05
Remunerações do pessoal	11 985 045,62	11 420 090,99
Encargos sobre remunerações	2 916 758,98	2 520 778,21
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	195 515,65	159 035,30
Outros gastos com o pessoal	616 538,65	675 973,07
Outros encargos sociais	332 979,55	15 656,28
<b>Total</b>	<b>16 317 337,68</b>	<b>15 028 461,02</b>

## Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

Método de contabilização	Designação	Sede	Capital	Participação		Resultado Líquido	Tipo
				Valor	%		
Empresa municipal - integrada na consolidação de contas	Lagos-Em-Forma - Gestão Desportiva, EM, SA	Complexo Desportivo Municipal 8600-324 Lagos	250 000,00	131 920,14	100%	-318 630,40	Capital Social
Participação minoritária registada pelo método do custo	Águas do Algarve, S.A.	Rua do Repouso nº 10 8000-302 Faro	29 230 875,00	1 013 630,00	3,40%	739 364,10	Ações
Participação minoritária registada pelo método do custo	Algar, S.A.	Rua Cândido Guerreiro nº 43 3º Frt 8000-302 Faro	7 500 000,00	253 310,00	3,38%	<i>Informação não disponível</i>	Ações
Participação minoritária registada pelo método do custo	EL Estacionamentos de Lagos, SA	Praceta Dr. António Henrique Balté Lote 24 Fração F 8600-527 Lagos	50 000,00	1 371 688,85	49,00%	501 986,82	Participação
Participação minoritária registada pelo método do custo	Neofutur - Promoção e Conservação de Imóveis, SA	Rua Tenente Espanca, 20 1050-223 Lisboa	100 000,00	411 766,87	49,00%	526 770,64	Participação
Participação minoritária registada pelo método do custo	Centro de Ciência Viva de Lagos	Rua Dr. Faria e Silva, nº 34 8600 Lagos	50 579,79	16 859,90	33,33%	-16 938,27	Participação
Participação minoritária registada pelo método do custo	Terras do Infante - Associação de Municípios	Rua Tenente Espanca, 20 1050-223 Lisboa	743 360,65	247 786,88	33,33%	-506 932,08	Participação
Participação por realizar no capital social, registada de acordo com indicação do SATAPOCAL	Fundo de Apoio Munic	Rua Tenente Espanca, 20 1050-223 Lisboa	650 000 000,00	1 628 374,18	0,036%	<i>Informação não disponível</i>	Participação

## Nota 21 - Relato por segmentos

Não se aplica.

## Nota 22 - Outra informação considerada relevante

### Nota 22.1 - Contabilização do contrato de arrendamento da EL,SA

Atualmente a Câmara Municipal de Lagos (CM Lagos) tem um contrato de arrendamento realizado com a EL – Estacionamentos de Lagos, SA (EL,SA), para equipamentos de estacionamento, onde todo o cronograma do contrato de arrendamento é de pagamento obrigatório e no final do contrato,

a CM Lagos tem a opção de compra referente à parte que não detém da EL,SA pelo seu valor nominal que é meramente residual.

A EL, SA no final do contrato de arrendamento, será essencialmente constituída pelos Ativos Fixos Tangíveis (AFT), subjacentes ao contrato de arrendamento e disponibilidades resultantes de dividendos não distribuídos, sendo os passivos meramente residuais.

A CM Lagos tem, de acordo com o POCAL, conforme divulgado nas prestações de contas de anos anteriores a 2020, o contrato de arrendamento dos estacionamento com a empresa EL, SA, contabilizado da seguinte forma:

1. Pelo custo que a empresa teve na construção do imóvel registou o ativo e que correspondia em essência ao valor do empréstimo contratado;
2. Pelo valor do empréstimo que a empresa obteve para financiar o imóvel registou o passivo.

Esta forma de contabilização, pretendia aplicar o princípio da substância sobre a forma ao contrato de locação que era essencialmente um passivo financeiro que dava origem a um ativo e, isto porque os pagamentos são obrigatórios e no final o equipamento reverte em substância para o município, sendo que o valor presente dos pagamentos mínimos que a CM Lagos terá de suportar com o contrato serão iguais ou superiores ao custo de construção do equipamento.

Ao longo dos anos e por não existir procedimento definido no POCAL, a CM Lagos foi atualizando o valor da dívida à EL, SA em função do respetivo contrato de financiamento que a empresa contraiu, situação que se parecia adequada porque a contabilização da participação financeira dessa empresa na autarquia era pelo método custo.

Atualmente e com a introdução do SNC-AP, aplicável às demonstrações financeiras da autarquia em 2020, tornou-se necessário rever a forma de contabilização da participação da empresa e da dívida que a CM Lagos tem registada relativa ao contrato de arrendamento.

Aplicando os princípios definidos no SNC-AP, nomeadamente pelas NCP 6 - Locações e NCP 18 – Instrumentos Financeiros, temos que:

1. O contrato de arrendamento tem subjacente um ativo controlado pela autarquia que cumpre com os critérios de reconhecimento de ativo fixo tangível;
2. Existe um passivo financeiro, inerente ao contrato de arrendamento, que deve corresponder aos pagamentos futuros mínimos pelo seu valor presente, desconsiderados dos pagamentos relativos aos custos de serviços prestados pelo locador;
3. A empresa por ser considerada como entidade associada nos termos da NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, deve ser registada pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP).

Assim, face ao normativo contabilístico atual, propomos que exista um ajustamento no endividamento inerente ao contrato de arrendamento e não sendo fácil estimar a taxa de juro implícita nestes contratos, considerou-se a taxa de financiamento da própria empresa para o ativo subjacente.

O total de pagamentos mínimos previstos no contrato de arrendamento a suportar pela autarquia é o que se demonstra no quadro seguinte:

EL, SA	
Ano	Pagamentos mínimos (não se considera existir serviços relevantes)
2020	1.768.093,44
2021	1.768.093,44
2022	1.768.093,44
2023	1.768.093,44
2024	1.768.093,44
2025	1.768.093,44
2026	1.768.093,44
2027	1.768.093,44
2028	1.768.093,44
2029	1.768.093,44
2030	1.768.093,44
2031	1.768.093,44
2032	1.768.093,44
2033	1.768.093,44
2034	1.768.093,44
2035	944.553,39
<b>Total</b>	<b>27.465.954,99</b>

No quadro seguinte apresenta-se o resumo do apuramento do ajustamento inicial no valor da dívida:

EL, SA		
Descrição		Valor
1	Dívida a 31.12.2019	8.298.630,19
2	Total de pagamentos futuros	27.465.954,99
3	Efeito da taxa de juro (2,8350%)	5.500.533,56
4	Valor presente da dívida 1.1.2020	21.965.421,43
<b>5=4-1</b>	<b>Ajustamento endividamento de transição para o SNC-AP</b>	<b>13.666.791,24</b>

No quadro seguinte demonstra-se o efeito do ajustamento inicial na participação financeira pela adoção do MEP.

Relativamente ao ajustamento inicial pela aplicação do MEP temos o seguinte efeito:

EL, SA		
Descrição		Valor
1	Valor da participação ao custo 31.12.2019	24.500,00
2	Capitais Próprios da empresa a 31.12.2019	2.277.795,51
3	% de detenção	49%
4=3x2	Valor da participação ao MEP a 1.1.2020	1.116.119,79
5=4-1	Ajustamento de transição	1.091.619,79

#### **Nota 22.2 - Contabilização do contrato de arrendamento da NEOFUTUR, SA**

Atualmente a Câmara Municipal de Lagos (CM Lagos), tem um contrato de arrendamento, com a Neofutur, SA, para o Edifício Paços do Concelho do Séc. XXI, dos serviços municipais, onde todo o cronograma do contrato de arrendamento é de pagamento obrigatório e no final do contrato a CM Lagos tem a opção de compra a parte que não detêm da Neofutur, SA pelo seu valor nominal que é meramente residual.

A Neofutur, SA no final do contrato de arrendamento, será essencialmente constituída pelos Ativos Fixos Tangíveis subjacentes ao contrato de arrendamento e disponibilidades resultantes de dividendos não distribuídos, sendo os passivos meramente residuais.

A CM Lagos tem, de acordo com o POCAL, conforme divulgado nas prestações de contas de anos anteriores a 2020, o contrato de arrendamento dos estacionamento com a empresa Neofutur, SA, contabilizado da seguinte forma:

1. Pelo custo que a empresa teve na construção do imóvel registou o ativo e que correspondia em essência ao valor do empréstimo contratado;
2. Pelo valor do empréstimo que a empresa obteve para financiar o imóvel registou o passivo.

Esta forma de contabilização, pretendia aplicar o princípio da substância sobre a forma ao contrato de locação que era essencialmente um passivo financeiro que dava origem a um ativo, isto porque os pagamentos são obrigatórios e no final o equipamento reverte em substância para o município, sendo que o valor presente dos pagamentos mínimos que a CM Lagos terá de suportar com o contrato serão iguais ou superiores ao custo de construção do equipamento.

Ao longo dos anos e por não existir procedimento definido no POCAL, a CM Lagos foi atualizando o valor da dívida à Neofutur, SA em função do respetivo contrato de financiamento que a empresa contraiu, situação que se parecia adequada porque a contabilização da participação financeira dessa empresa na autarquia era pelo método custo.

Atualmente e com a introdução do SNC-AP, aplicável às demonstrações financeiras da autarquia em 2020, tornou-se necessário rever a forma de contabilização da participação da empresa e da dívida que a CM Lagos tem registada relativa ao contrato de arrendamento.

Aplicando os princípios definidos no SNC-AP, nomeadamente pelas NCP 6 - Locações e NCP 18 – Instrumentos Financeiros, temos que:

1. O contrato de arrendamento tem subjacente um ativo controlado pela autarquia que cumpre com os critérios de reconhecimento de ativo fixo tangível;
2. Existe um passivo financeiro, inerente ao contrato de arrendamento, que deve corresponder aos pagamentos futuros mínimos pelo seu valor presente, desconsiderados dos pagamentos relativos aos custos de serviços prestados pelo locador;
3. A empresa por ser considerada como entidade associada nos termos da NCP 23- Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, deve ser registada pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP).

Assim, face ao normativo contabilístico atual, propomos que exista um ajustamento no endividamento inerente ao contrato de arrendamento e não sendo fácil estimar a taxa de juro implícita nestes contratos, considerou-se a taxa de financiamento da própria empresa para o ativo subjacente.

O total de pagamentos mínimos previstos no contrato de arrendamento a suportar pela autarquia é o que se demonstra no quadro seguinte:

Ano	Neofutur, SA		
	Pagamentos mínimos	Serviços de manutenção implícitos estimados	Total
2020	2.129.738,16	194.689,56	2.324.427,72
2021	2.129.738,16	194.689,56	2.324.427,72
2022	2.129.738,16	194.689,56	2.324.427,72
2023	2.129.738,16	194.689,56	2.324.427,72
2024	2.129.738,16	194.689,56	2.324.427,72
2025	2.129.738,16	194.689,56	2.324.427,72
2026	2.129.738,16	194.689,56	2.324.427,72
<b>Total</b>	<b>14.908.167,12</b>	<b>1.362.826,92</b>	<b>16.270.994,04</b>

No quadro seguinte apresenta-se o resumo do apuramento do ajustamento inicial no valor da dívida:

Neofutur, SA		
	Descrição	Valor
1	Dívida a 31.12.2019	7.978.082,13
2	Total de pagamentos futuros mínimos	14.908.167,12
3	Efeito da taxa de juro (2,8350%)	2.549.795,85
4	Valor presente da dívida 1.1.2020	12.358.371,27
5=4-1	Ajustamento endividamento de transição para o SNC-AP	4.380.289,14

No quadro seguinte demonstra-se o efeito do ajustamento inicial na participação financeira pela adoção do MEP.

Relativamente ao ajustamento inicial pela aplicação do MEP temos o seguinte efeito:

Neofutur, SA		
	Descrição	Valor
1	Valor da participação ao custo 31.12.2019	49.000,00
2	Capitais Próprios da empresa a 31.12.2019	713.569,93
3	% de detenção	49%
4=3x2	Valor da participação ao MEP a 1.1.2020	349.649,26
5=4-1	Ajustamento de transição	300.649,26

---

## **Relatório de Gestão Consolidado de 2020**

---

### **ENCERRAMENTO**

O presente Relatório de Gestão Consolidado de 2020 mais seus anexos, que antecedem, devidamente numerados, foram aprovados em Reunião de Câmara Municipal, realizada em de junho de 2021.

O Presidente,

.....

.....	.....
.....	.....
.....	.....
.....	.....
.....	.....

---

### **TERMO DE APROVAÇÃO FINAL**

O Relatório de Gestão Consolidado de 2020 mais seus anexos que antecedem mereceram aprovação por (1) ....., da Assembleia Municipal ..... em sua sessão (2) ..... do dia ..... de ..... de 2021.

O Presidente,

.....

O 1º. Secretário,

O 2º. Secretário,

.....

.....

(1) - Unanimidade, ou maioria ; - (2) - Ordinária, ou extraordinária.